

Plenário da Constituinte

15 JUL 1987 *que pag 6* ESTADO DE SÃO PAULO

inicia análise do projeto

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O projeto da nova Constituição chegou ontem ao plenário da Constituinte sem nenhuma formalidade. Não houve nenhum comunicado oficial. Hoje é que a pauta da sessão trará indicação oficial, ao estabelecer o início dos debates, que se prolongarão por 40 dias, e o prazo de 30 dias para a apresentação de emendas.

Os dois prazos serão corridos, contando-se os sábados e domingos, até porque nesses dias também serão realizadas sessões extraordinárias, para permitir que todos os interessados possam debater o projeto.

A partir de hoje, a estrutura das sessões também se altera. O tempo destinado às breves comunicações, o chamado "pinga-fogo", durante o qual são tratados assuntos gerais, fica reduzido à metade (30 minutos), e o das lideranças partidárias também para 36 minutos. O restante da sessão se destinará aos debates constitucionais.

Inicialmente, serão realizadas apenas as sessões normais, nas tardes de terça a sexta-feira, e na manhã de sexta-feira, além das sessões extraordinárias às segundas (dia reservado à Câmara e ao Senado, que

este mês estão em recesso) e aos sábados e domingos pela manhã. Pelos cálculos da Mesa da Constituinte, essas sessões permitem que 388 dos dos 559 constituintes usem a palavra. Se houver mais parlamentares interessados, serão realizadas outras sessões extraordinárias.

EMENDAS POPULARES

Indiferentes ao encaminhamento das emendas propostas na fase de elaboração do anteprojeto da Comissão de Sistematização ao plenário da Constituinte, quase todos os deputados e senadores prepararam-se para renovar suas sugestões, segundo informações da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Os constituintes entendem que as emendas formalizadas anteriormente precisam sofrer alterações de redação, até porque o novo anteprojeto do relator Bernardo Cabral teve seus artigos renumerados.

Além das emendas dos constituintes, começam amanhã a ser recebidas as emendas populares, subscritas por 30 mil eleitores e apoiadas por três entidades devidamente legalizadas. A classificação desse tipo de emenda, sua numeração e a verificação do cumprimento das exigências estão a cargo da Comissão de Sistematização. Ontem, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), responsá-

vel pelo recebimento das emendas populares, reuniu-se com os assessores e funcionários destacados para o trabalho de classificação. A conferência das assinaturas e dos demais requisitos exigidos para a formalização dessas emendas será feita por amostragem.

DESAFIO

O senador José Bisol (PMDB/RS) rebateu ontem as críticas feitas ao seu relatório na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher da Assembleia Nacional Constituinte, desafiando para um debate os seus opositores: "O texto é muito sério, tem fundamentação científica e não se presta a brincadeiras", afirmou.

Uma das críticas — a prioridade aos direitos sociais sobre os individuais — foi respondida por Bisol sob o argumento de que pretende proteger as maiorias. Como exemplo, apontou a reforma agrária, sustentado que a liberdade de possuir muita terra se contrapõe à liberdade dos milhões que não possuem terra: Assim, observou que pretendeu auxiliar a reforma agrária.

Para concluir, Bisol destacou: "Meu texto é imbatível. Duvido que se faça um outro menos violável do que este que está aí".

Minas correm o risco de fechar

O diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), José Belfort dos Santos Bastos, disse ontem em Brasília que, se aprovadas as modificações na estrutura tributária do setor mineral no projeto de Constituição, a mineração nacional se tornará inviável e a consequência será o fechamento das minas, seja as de empresas estatais, de capital privado ou multinacionais.

Belfort informou ainda que, por isso, o Conselho Superior de Minas aprovou ontem proposta para que seja enviado à Constituinte documento sugerindo a manutenção do sistema atual de tributação na mineração, ou seja, o Imposto Único sobre os Minerais (IUM).

Empresariado gaúcho leva protesto ao interior

PORTO ALEGRE AGÊNCIA ESTADO

O empresariado do Rio Grande do Sul fará amanhã, em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, sua primeira manifestação de rua depois do encontro em Esteio, na Grande Porto Alegre, dia 7 deste mês. Trata-se de uma manifestação de protesto contra a inclusão das propostas de redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego e direito irrestrito de greve na nova Constituição. O protesto, organizado pela Associação Comercial e Industrial (ACI) de Santana do Livramento, começará com uma concentração em frente ao prédio da entidade, seguida de uma caminhada até o

Centro de Tradições Gaúchas Fronteira Aberta.

Segundo o presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), Carlos Mandelli, o protesto de Santana do Livramento marcará a interiorização do movimento pela liberdade empresarial, liberado por sua entidade. Ele frisou que o empresariado gaúcho está indo às bases para mostrar que está mobilizado, e que os políticos que defendem a livre iniciativa devem "mostrar coerência entre as posições de palanque e as atitudes".

O presidente da ACI de Santana do Livramento, José Luís Escosteguy, calcula que cerca de 350 empresários, de vários municípios da região, deverão participar do protesto.